

Deputado vê crime na distribuição de verbas

JOÃO DOMINGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Maurício Barbant/AE—9/8/90

BRASÍLIA — O deputado Jaques Wagner (PT-BA), autor do requerimento para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que vai apurar fraudes no Orçamento da União, quer esclarecer se deputados e senadores cometeram crime de peculato ao destinar parte dos Cr\$ 7,27 bilhões da verba para subvenção social a entidades das quais são proprietários. A CPI já foi aprovada e aguarda apenas a indicação dos membros do PFL para iniciar seu trabalho.

Entre os que beneficiaram suas próprias entidades estão o casal formado pelo senador Aloísio Bezerra (PMDB-AC) e pela deputada Zila Bezerra (PMDB-AC), dirigentes da Fundação Amazônia Internacional — que se destinaram Cr\$ 24,9 milhões —, a deputada Raquel Cândido (PTB-RO), que repassou Cr\$ 12,9 milhões para o Instituto de Desenvolvimento Político e Social Eva Cândido (nome da mãe da deputada), o deputado Sérgio Barcellos (PFL-AP), que deu à Fundação São Francisco de Assis — dele próprio — Cr\$ 11,9 milhões, e o senador Júlio Campos (PFL-MT), que distribuiu Cr\$ 12,9 milhões para a fundação que leva seu nome, em Várzea Grande (MT).

Há ainda outras entidades ligadas a parlamentares que obtiveram verbas do orçamento, a título de subvenção social: Fundação Anísio Teixeira, de São João do Piauí, presidida por Murilo Paes



Generosidade com verbas públicas

Senador Júlio Campos: Cr\$ 12,9 milhões do orçamento para fundação com seu próprio nome

Landim, irmão do deputado Paes Landim (PFL-PI), Fundação Serviço Social de Pedro II, também no Piauí, do deputado Ciro Nogueira (PFL-PI), Fundação Teotônio Vilela, do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), Fundação Dinarte Mariz, do senador Lavoisier Maia (PDT-PB), e Fundação Chagas Neto, do ex-deputado e candidato derrotado ao Senado pelo PTB de Rondônia.

Cadastro — Todas as entidades que recorrem às verbas de subvenção têm cadastro no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), do Ministério da Ação Social, que funciona na antiga sede do Ministério do Interior, próximo aos tribunais. “São mais de 40 mil”, disse o secretário executivo do Conselho, professor Oswaldo Ramos.

Para se candidatar a receber as verbas para subvenções sociais, basta que o interessado crie a entidade, obedecendo a quatro exigências do Conselho: os integrantes da diretoria não podem ser remunerados nem distribuir lucros, vantagens ou bonificações; no caso de extinção, o patrimônio deverá reverter em benefício de uma instituição registrada no conselho; o número de sócios deverá ser ilimitado, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo religioso ou político; a assembleia-geral é soberana para eleger a diretoria, apreciar relatórios, balanços e autorizar compra ou alienação de bens.